


CARREIRAS, José Albuquerque; MADURO, António Valério; RASQUILHO, Rui, coord.

Cister. Tomo I. Património e Arte.

Alcobaça: Editora Hora de Ler, 2019. 410 p. ISBN: 978-989-54473-8-1

CATARINA FERNANDES BARREIRA

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2022.11814>

Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
 <https://orcid.org/0000-0002-0174-1025>

O primeiro tomo das atas respeitantes ao II Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses reúne uma parte das comunicações dos diversos intervenientes que participaram no referido congresso, que teve lugar em Alcobaça e em Cós, em julho de 2018. Este volume, coordenado por José Albuquerque Carreiras, António Maduro e Rui Rasquilho, é dedicado ao tema do Património e da Arte cistercienses e tem início, depois das notas de abertura do Presidente da Câmara de Alcobaça e da Junta de Freguesia de Cós, Montes e Alpedriz, com uma intervenção do Presidente do Congresso, o eminente erudito e especialista na biblioteca e nos códices do Mosteiro de Alcobaça, Aires Nascimento, intitulada “<Fulgens sicut stella matutina>: o mosteiro de Alcobaça, estrela da manhã”. A partir de uma bula do Papa Bento XII (1334-1342), mandada verter para português, cerca de cem anos depois, pelo abade de Alcobaça, Estêvão de Aguiar, e da análise de outros textos normativos da Ordem, o autor avalia a importância reformista desses textos e o modo como hoje cada um de nós frui o silêncio claustral de Alcobaça. Esta reflexão é articulada com o próprio percurso do investigador, uma vez que, desde os finais dos anos 70, focou muito do seu trabalho na história medieval deste cenóbio, sem nunca perder o fascínio pela estrela que o mosteiro é, pelo silêncio do seu claustro. Para Aires Nascimento, o edifício, a sua monumentalidade, as suas vivências, e a sua relação íntima com o reino que lhe serviu de contexto durante séculos colocam (ainda) muitas interrogações, embora se encontre privado da sua comunidade. O erudito interpela o leitor para o questionar sobre os significados que atribui a este mosteiro, a partir das memórias do que já foi, da sua identidade, dos seus monges e do que já significou enquanto lugar de recolhimento espiritual, de oração, de trabalho, e enquanto centro produtor de cultura, através dos seus livros. E também para aquilo que hoje representa, quer para os vários públicos que o visitam, quer até para os oradores que participaram no congresso.

Seguem-se intervenções mais breves, de cariz institucional, da responsabilidade de Soraya Monteiro Genis, representante do ICOMOS – Portugal, sobre o valor excecional do Mosteiro de Alcobaça, e do Pároco de Valado dos Frades, de Cós e Maiorga, José dos Santos Dionísio.

Rui Rasquilho, secretário-geral do Congresso, propõe, em seguida, uma viagem na diacronia sobre o património territorial do Mosteiro de Alcobaça e a sua administração, desde a doação fundacional, por D. Afonso Henriques, até à extinção das ordens religiosas em Portugal.

A conferência inaugural, de Amílcar Coelho, intitulada “Bernardo de Claraval: vontade de amor e verdade – entre o reconhecimento do cuidado e a ascética da virtude”, é uma reflexão filosófica, feita a partir de vários textos de Bernardo de Claraval. Começa por alertar

o leitor para o facto de não existir uma edição em português das “Obras Completas de S. Bernardo”, um desejo sem dúvida a reter. O autor detém-se no “ideário filosófico” do monge de Claraval, que é um ideário trespassado por uma exigência espiritual no caminho da verdade, fundada numa espiritualidade ascética que pretende, na procura humilde da verdade, abordar dois problemas: o amor e o mal. Na sua prática reflexiva, Bernardo procura a unicidade com Deus, por via do amor: nesta busca, não deixa de refletir sobre a questão do bem e do mal e neste caminho faz um exercício de apropriação estética do mundo que é realizada, segundo o autor, através de uma hermenêutica do amor.

A abrir a secção dos artigos dedicados ao tema Património e Arte está o contributo de Ana Patrícia Alho, “Do céu ao solo – o sistema hidráulico na arquitetura cisterciense”, através do qual a autora pretende compreender o sistema hidráulico de três casas cistercienses – dois mosteiros femininos, Lorrvão e Cástris, e o Colégio do Espírito Santo em Coimbra. É de louvar o esforço em procurar estabelecer uma tipologia dos respetivos sistemas hidráulicos superiores, ainda que seja difícil apreender as características que estiveram na base da necessária distinção entre umas e outras. O segundo capítulo, apresentado como uma breve resenha histórica acerca da fundação dos três edifícios, resume-se a um conjunto de considerações sobre questões ligadas ao abastecimento de água nos mosteiros, de modo geral, e somente no ponto seguinte (III) se refere à data de fundação das referidas casas cistercienses. Neste terceiro capítulo haveria lugar a algumas precisões: desde logo, as referências bibliográficas que justificariam as datações fornecidas para os mosteiros de Cástris (1169) e Lorrvão (1206). Se no que se refere a Cástris conviria contextualizar esta data, uma vez que não se prende com a comunidade cisterciense que muito mais tarde aí havia de se estabelecer, quanto a Lorrvão, embora existam referências às monjas em 1206, não se pode confirmar a adoção da observância cisterciense antes de 1211. No capítulo seguinte, o leitor apreciaria, de igual modo, uma maior precisão cronológica para a datação, ainda que de forma aproximada, dos locais que alude quando analisa as várias soluções de escoamento das águas pluviais dos três edifícios, para poder compreender e contextualizar as soluções usadas. As notas finais também carecem de desenvolvimento.

O artigo que se segue é dedicado à “Encarnação do Verbo e a Eucaristia na antiga Capela-mor da igreja conventual da abadia de Santa Maria de Alcobaca”. Frei António José de Almeida faz uma interessante viagem de contextualização da associação temática entre Maria (mistério da Encarnação) e a Eucaristia (mistério da Transubstanciação) para realizar uma análise iconológica às imagens que existiam no retábulo da capela-mor, feitas na segunda metade do século XVII (mas cujo retábulo foi desmantelado em 1930). Maria Teresa Cabrita é a autora de uma breve nota sobre uma *Crónica de Cister*, impressa, datada de 1720, em particular sobre as formas e os motivos escolhidos para ornamentar as suas páginas.

O artigo seguinte, da autoria de Leocadio Peláez Franco, é sobre o mosteiro cisterciense de Morerueta, em Zamora. Neste, são enumeradas e contextualizadas as etapas do processo de recuperação das ruínas do referido mosteiro, um conjunto de intervenções técnicas com vista à sua conservação, recuperação e estabilização, documentado com plantas do Mosteiro e fotografias do antes e do depois, terminando com a elencação dos critérios seguidos em relação aos materiais usados nas intervenções. Como o autor do artigo conclui, as intervenções serviram para ampliar de forma significativa o conhecimento sobre este mosteiro cisterciense,

até porque deram a conhecer espaços inéditos. De seguida, o artigo sobre “O sistema hidráulico cisterciense do Mosteiro de Alcobaça – um passo para a sua valorização”, da autoria de Fernando Matias e Jorge Figueiredo, centra-se nas medidas levadas a cabo pela autarquia para salvaguardar a levada do Mosteiro e a conduta de água potável, na sua relação com o sistema hidráulico do Parque Verde de Alcobaça.

Rui Mesquita Mendes e Miguel Portela (já falecido) são os autores do texto “A capela de Nossa Senhora do Desterro (1690- 1744): uma pequena joia da arte e arquitetura barroca no Mosteiro de Alcobaça”. Nele, os autores esboçam um estado da arte sobre a capela e sobre o estilo Barroco no Mosteiro, bem como a devoção ao tema (Fuga para o Egipto) por parte das comunidades cistercienses em Portugal, a partir do século XVII, e elencam (e transcrevem) as fontes existentes sobre a referida capela e sobre o seu processo de edificação, iniciada em 1690. No artigo estão ainda documentados os materiais usados, bem como os vários artistas ligados aos trabalhos na referida capela, tornando acessível um conjunto de fontes que, analisadas no seu contributo, nos ilustram bem o que caracterizou o gosto Barroco em Portugal.

O texto seguinte, da responsabilidade de três autores, tem por título “Exercício(s) para programar Alcobaça: quatro claustros em perspetiva” e versa sobre um conjunto de sugestões, sobre a ampliação e reconfiguração do percurso dos visitantes no mosteiro, e sobre a criação de áreas de exposição (de diferentes tipologias), de modo a aproximar mais o público do monumento. As propostas apresentadas no artigo, ancoradas em trabalhos anteriores, já publicados, parecem-nos interessantes e passíveis de serem debatidas, à luz das recentes intervenções (acesso pela antiga portaria e conseqüente alteração do percurso da visita), pese embora o facto de não estarem fundamentados, talvez pela extensão do artigo, os critérios subjacentes à colocação, por exemplo, das duas esculturas da Anunciação numa sala do segundo piso do Claustro da Portaria.

O texto seguinte, da responsabilidade de Maria do Céu S. Tereno, Maria Filomena M. Monteiro e Marízia M. D. Pereira, versa sobre as representações icono-cartográficas do Mosteiro de Tart e do Mosteiro de S. Bento de Cástris, dois mosteiros cistercienses femininos. Em relação ao Mosteiro de Tart, fundado em torno de 1120, o foco é colocado no período posterior à sua reforma no século XVII, altura em que o cenóbio já se tinha instalado no interior do perímetro urbano de Dijon, saindo do lugar de implantação primitiva. Chamo a atenção para a legenda da Fig. 1, que tem uma incorreção na data do Retábulo de S. Bernardo, que não poderá, por razões óbvias, remontar ao século IX. O mesmo *caveat* abrange a frase “O ramo feminino surge posteriormente e implantou-se em território português, em 1274, no mosteiro de São Bento de Cástris...”, a qual induz em erro o leitor, porque o ramo feminino da Ordem chega a Portugal muito mais cedo, com as comunidades de Lorvão (1211), Arouca (1224/1226) e Celas (1227/1232). As autoras analisam as representações icono-cartográficas dos dois mosteiros, bem como o seu desenvolvimento, a partir do século XVII. Pese embora o mérito da análise comparativa, e das considerações finais tecidas pelas autoras face ao desenvolvimento das malhas urbanas de Dijon e de Évora em relação à localização dos dois cenóbios, estas não podem ser comparáveis porque o mosteiro de Tart foi deslocado (para o interior da malha urbana), não se encontrando na sua localização inicial, ao contrário do que acontece com o Mosteiro de Cástris, que não foi afetado pelo crescimento urbano (embora as autoras chamem a atenção que tal possa vir a acontecer no futuro e que terá de ser planeado).

Miguel Portela é o autor do artigo seguinte, sobre as obras realizadas no Mosteiro de Alcobaça entre 1667 e 1705. Estas intervenções ocorreram sob a orientação do Mestre António Rodrigues de Carvalho, que o investigador contextualiza nas governações de cerca de 15 abaciados trienais. Muito interessante é o levantamento documental levado a cabo, não só dos materiais e das despesas com as obras efetuadas no período, mas também em relação às deliberações dos Capítulos Gerais, o qual atesta, como sublinha o investigador, um período de renovação artística comum a todos os mosteiros cistercienses portugueses. Para além de um esboço biográfico do Mestre António Rodrigues de Carvalho, estão ainda elencados os nomes dos artistas que trabalharam na referida campanha de obras, desde os cabouqueiros, aos pedreiros lavrantes, aos marceneiros, aos oleiros e pintores, num trabalho que, de facto, tem o mérito de enriquecer o panorama historiográfico deste período.

Jorge Manuel de Matos P. M. Prata propõe, por sua vez, um estudo histórico sobre a *deslocalização* dos túmulos do rei D. Pedro e de D. Inês, que se encontram no Mosteiro de Alcobaça. Estes foram colocados, inicialmente, lado a lado (na segunda metade do século XIV), sendo transferidos no século XVIII para a Sala dos Túmulos e, em 1957, a propósito de uma visita ao mosteiro da rainha D. Isabel II, dispostos onde se encontram hoje. Tema polémico desde o século XIX, o autor documenta a questão desde o seu ressurgimento em 1940 e analisa as divergências e os argumentos que alimentaram o debate ocorrido entre as três principais facções ou posições, ao longo de 17 anos, tendo como contexto o modo como a DGEMN (e o próprio Estado Novo) entendia o Património. Jorge Manuel de Matos P. M. Prata termina sublinhando que esta sua proposta não implica, de facto, a deslocalização dos túmulos, mas a sua descontextualização ou recontextualização histórica.

Eduardo Carrero Santamaria é o autor do artigo seguinte, que versa sobre quatro códices, quatro *Ecclesiastica Officia* cistercienses que circularam entre os mosteiros aragoneses de Bonrepòs e Santes Creus. O artigo tem início com a enumeração dos livros litúrgicos provenientes de Santes Creus que se encontram na Biblioteca Pública de Tarragona, um conjunto interessante pela sua diversidade tipológica e que assegurava todos os ritos da vida litúrgica desta comunidade cisterciense. Eduardo Carrero Santamaria analisa então o conteúdo de quatro códices do fundo de Santas Creus, todos com o texto respeitante aos *Ecclesiastica Officia*, entre outros textos da Ordem de Cister. Os *Ecclesiastica Officia* regulamentavam a prática litúrgica ao longo do ano, para que a liturgia praticada em todas as casas cistercienses fosse uniforme, bem como os dias em que os monges trabalhavam ou não trabalhavam, entre outras questões inerentes à prática litúrgica. O historiador destaca as diferenças entre estas versões do texto dos *Ecclesiastica Officia* face aos textos canónicos de Trento, Liubliana e Dijon, mas o mais importante é que a sua análise demonstra que estes quatro códices estiveram relacionados com o mosteiro feminino de Bonrepòs. Esta comunidade foi suprimida entre 1452 e 1453, e duas décadas mais tarde, os seus bens e propriedades foram repartidos entre o Mosteiro de Sante Creus e os cartuxos de Scala-Dei, sendo desta forma que os referidos códices, entre outros, provenientes de Bonrepòs, deram entrada no mosteiro de Santes Creus. Mas não só: os restos mortais e túmulos de monjas e fundadoras também foram para Santes Creus, bem como os arcos claustrais, segundo um estudo de outro autor mencionado no texto, José Vives y Miret. Sublinhe-se a importância deste artigo para o estudo da circulação de códices (e não só) entre mosteiros femininos

e masculinos, para além de outros aspetos, como a natureza dos textos normativos que se agrupam com os *Ecclesiastica Officia* e sob que ordem.

É sobre o claustro medieval do Mosteiro de Alcobaça o artigo seguinte, da autoria de Francisco Teixeira. Nele, este especialista do Cister português detém-se na análise e contextualização dos capitéis do referido claustro com obras coevas. O autor conclui que o estaleiro claustral de Alcobaça foi um importante centro de formação de pedreiros, que utilizaram noutros estaleiros os modelos vegetalistas de capitel ali usados.

O artigo seguinte é novamente da responsabilidade de Maria do Céu S. Tereno, Marízia M. D. Pereira e Maria Filomena M. Monteiro, desta feita sobre a morfo-evolução de três mosteiros cistercienses femininos, a saber, o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazareth do Mocambo, em Lisboa, o já referido Mosteiro de S. Bento de Cástris, em Évora, e o Mosteiro de S. Bernardo, em Portalegre. Sobre Cástris, é mencionado pelas autoras a sua fundação a partir de uma eventual comunidade eremítica de mulheres liderada por D. Urraca Ximenes. Este relato, de cariz lendário, que fazia de Cástris um dos primeiros mosteiros da Ordem em Portugal e o primeiro de monjas cistercienses, deve-se a Frei Bernardo de Brito, cronista da Ordem de Cister, embora a fonte usada no artigo seja a *Corografia portuguesa*, da autoria de António Carvalho da Costa (1708). Esta temática beneficiou, recentemente, da atenção de Luís Miguel Rêpas, na sua tese de doutoramento: *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*, FLUC, 2021, vol. I, p. 95-105, para a qual remetemos para um conhecimento mais atualizado e circunstanciado sobre a referida questão. De seguida, as autoras traçam um levantamento de fontes variadas onde aparece representada a cidade de Évora, para se deterem na análise do edificado. Neste particular, importa considerar as informações aportadas por Frei António Brandão, na Quarta Parte da sua *Monarquia Lusitana*, e pelo autor da referida tese para desmontar a ideia da sua construção inicial no século XII. Com efeito, como este autor demonstra (vol. I, p. 99), foi só em 1278 que o “Capítulo Geral de Cister incumbiu os abades dos Mosteiros de Maceira Dão e Seiça, ambos cistercienses, de inspecionar o lugar onde Domingas Soares pretendia fundar uma abadia de monjas” (Josephus Maria Canivez, *Statuta Capitulum...*, t. III, p. 184, § 70). Para os outros dois mosteiros cistercienses, as autoras fazem igualmente a sua contextualização icono-cartográfica, bem como a análise dos edifícios, e concluem com elementos de diferenciação entre as três comunidades no que concerne à sua inserção territorial.

O texto que se segue é da autoria de Giulia Rossi Vairo e é sobre o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas e o Convento de Santa Clara a Velha, em Coimbra, duas comunidades fundadas pelo casal régio D. Dinis e D. Isabel. A autora traça para ambos os cenóbios o contexto fundacional e estabelece analogias entre as plantas dos dois edifícios, nomeadamente ao nível da zona da cabeceira e do transepto das duas igrejas. Giulia Rossi Vairo coloca mesmo a hipótese de que o mestre Domingos Domingues, ativo no Mosteiro de Alcobaça entre 1308 e 1311, e em Coimbra entre 1318 e 1321, possa ter colaborado também em Odivelas. A investigadora menciona a “contaminação” entre o modelo mendicante e o modelo cisterciense, visível nos dois mosteiros, pese embora distarem cerca de duas décadas no arranque dos trabalhos (1295 para Odivelas, 1316 para Coimbra). Esta ligação aconteceu por via da espiritualidade do casal régio, de que as duas comunidades eram reflexo. A investigadora contextualiza ainda a ação mecénica dos dois monarcas em relação a outras casas religiosas, ligadas, sobretudo, às espiritualidades cisterciense e franciscana.

Este tomo conta ainda com um texto de Maria Teresa C. Verão, sobre os azulejos de S. Bento de Cástris, nomeadamente enquanto testemunhos de uma campanha de renovação arquitetónica de vários espaços que se fez sentir no cenóbio no século XVII. Na igreja podem ser vistos os painéis azulejares com episódios da vida de S. Bernardo que, segundo a documentação existente, referida pela autora, data entre 1782 e 1785. Estes painéis azulejares integram-se num conjunto mais amplo de obras, que inclui o retábulo da capela-mor e dois retábulos laterais, entre outras intervenções levadas a cabo na igreja e na generalidade das dependências monásticas, que decorreram no último quartel do século XVIII. Segundo a autora, dois tipos de fontes serviram de inspiração para os conjuntos azulejares: a *Crónica de Cister*, de Frei Bernardo de Brito, que existia no mosteiro, e um conjunto de gravuras, datadas de 1764, da autoria de um gravador alemão. Maria Teresa C. Verão insere este conjunto na biografia do gravador, com uma extensa obra, bem como o uso de gravuras como fonte inspiradora por parte dos mestres de azulejaria e ainda o local de produção dos painéis, ao que tudo indica, a Real Fábrica do Rato. Contextualiza ainda o uso de revestimentos azulejares semelhantes em outros mosteiros cistercienses (Cós, Bouro, Portalegre, Tarouca e Alcobaça) e reflete sobre a função pedagógica e devocional destas narrativas.

Por fim, o último artigo deste tomo, da autoria de Clémentine Villien, sobre as igrejas dos Mosteiros de Alcobaça e Notre-dame de Cherlieu, nomeadamente as cabeceiras, e a difusão do modelo Claraval III na segunda metade do século XII. A autora olha para a questão da filiação (Cherlieu e Alcobaça são ambas filhas de Claraval) e do seu papel na difusão de modelos e formas arquitetónicas, porque, neste caso concreto, foi a primeira vez que um edifício cisterciense usou soluções góticas (Claraval III). De facto, as plantas das igrejas de Cherlieu e de Alcobaça seguem de perto Claraval III, nomeadamente na cabeceira e no número de capelas radiantes – Cherlieu (7) e Alcobaça (9) –, tal como Claraval III (9). A autora prossegue com as semelhanças (e as diferenças) entre os complexos monásticos, tendo em vista as limitações existentes para o nosso conhecimento de Claraval III e para Cherlieu, hoje em ruínas, explicando as proximidades e adaptações. Clémentine Villien conclui que a afiliação cisterciense teve um papel importante na transmissão e na difusão de modelos.

Estas atas, pese embora uma certa heterogeneidade no tipo de abordagem entre os vários textos referidos, constituem um contributo importante para os estudos cistercienses em Portugal, e não só, pela variedade de propostas apresentadas, como também pelos estudos compilados e pela documentação publicada. Neste volume de textos transparece o objetivo de, em torno de temáticas ligadas à Ordem de Cister e a partir de abordagens comparativas, se propor distintos olhares e reflexões, a par de outros contributos mais diversificados na esfera do património e da arte cistercienses.